

Crianças belas, sadias e robustas: o futuro da raça brasileira nas políticas de proteção à infância em Santa Catarina nos idos de 1940

Rosa Batista
Joana Célias Passos
Leonete Luzia Schmidt

Rosa Batista

Universidade do Sul de Santa Catarina
UNISUL

Email: rosab@terra.com.br

 <https://orcid.org/0000-0003-4399-6621>

Joana Célias Passos

Universidade Federal de Santa Catarina
UFSC

Email: passos.jc@gmail.com

 <http://orcid.org/0000-0001-9946-7900>

Leonete Luzia Schmidt

Universidade do Sul de Santa Catarina
UNISUL

Email: leonetes@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-3239-2980>

Resumo

O presente artigo analisa a relação entre o discurso médico-higienista, a eugenia e a consolidação de um pensamento racial no atendimento à pequena infância nos anos 1940, em Santa Catarina. Práticas médico-higiênicas são organizadas e difundidas pelo Departamento de Saúde Pública do estado por meio de campanhas em prol da formação de uma raça forte e sadia. Entre elas, o Concurso Infantil de Robustez e Beleza, que premiava as mães das crianças saudáveis e eugenicamente belas. O Concurso Infantil de Robustez e Beleza foi promovido e intensamente divulgado pela imprensa da época, em particular o jornal A Gazeta, que atuava em consonância com o projeto de educação higiênica e eugênica do governo Nereu Ramos. A pesquisa apontou para a evidência de um projeto nacional que visava à regeneração das crianças, especialmente as negras e pobres. Tomamos como fontes para o levantamento de dados os jornais A Gazeta e Republica e relatórios da Legião Brasileira de Assistência, que tratam do concurso, do Centro de Puericultura, Proteção à Infância e à Maternidade, Assistência Profilática, Cozinha Dietética e Serviço de Higiene da capital

Palavras-chave: Políticas para Infância. Eugenia. Raça.

Recebido em: 18/09/2018

Aprovado em: 06/12/2018



<http://www.perspectiva.ufsc.br>

 <http://dx.doi.org/10.5007/2175-795X.2019.e59244>

Abstract

Beautiful, healthy and robust children: the future of the brazilian race in the childhood protection policies in Santa Catarina during the 1940s

The present article analyzes the relationship between hygienist medical discourse, eugenics and the consolidation of a racial thought in the early childhood care in the 1940s in Santa Catarina. Medical-hygienic practices were organized and disseminated by the State Department of Public Health through campaigns in favor of the creation of a strong and healthy race, among them the Children's Robustness and Beauty Contest that rewarded the mothers of healthy and eugenically beautiful children. The Children's Robustness and Beauty Contest was promoted and intensely publicized by the press of the time, in particular by the newspaper A Gazeta that acted in consonance with the governor Nereu Ramos' hygienic and eugenic education project. The research pointed to the evidence of a national project that envisioned the regeneration of children, especially the black and poor. We take as sources for data collection the newspapers A Gazeta and República and Reports of the Brazilian Legion of Assistance that deal with the Children's Robustness and Beauty contest, the Center for Child Care, Child Protection and Maternity, Prophylactic Assistance, Dietetic Cuisine and Hygiene service of the capital.

Keywords:

Childhood politics.
Eugenics. Race.

Resumen

Niños bellos, sanos y robustos: el futuro de la raza brasileña en las políticas de protección a la niñez en Santa Catarina a mediados de 1940

El presente artículo analiza la relación entre el discurso médico higienista y eugenesia y la consolidación de un pensamiento racial en el atendimento a la pequeña niñez en los años 1940 en Santa Catarina. Prácticas médico-higienistas fueron organizadas y difundidas por el Departamento de Salud Pública del estado por medio de campañas en pro de la formación de una raza fuerte y sana, dentre ellas el Concurso Infantil de Robustez y Belleza que premiaba las madres de los niños saludables y bellos por eugenesia. El Concurso Infantil de Robustez y Belleza fue promocionado e intensamente divulgado por la prensa de la época, en particular el periódico A Gazeta, que actuaba en conformidad con el proyecto de educación higiénica y eugenésica del gobierno Nereu Ramos. La pesquisa apuntó la evidencia de un proyecto nacional que vislumbraba la regeneración de los niños, especialmente los negros y pobres. Tomamos como fuentes para levantamiento de datos los periódicos A Gazeta y República y informes de la Legião Brasileira de Assistência que tratan del Concurso Infantil de Robustez y Belleza, y del Centro de Puericultura, Protección a la niñez y a la maternidad, Asistencia profiláctica, Cocina dietética y Servicio de higiene de la capital.

Palabras clave:

Políticas para la Niñez.
Eugenesia. Raza.

Introdução

No Brasil, o período entre o final do século XIX e o início do século XX foi marcado pelo discurso médico-higienista, fundamentado em teorias deterministas que, segundo Schwarcz (2000), buscavam estabelecer diferenças ontológicas entre as raças e consideravam a miscigenação como fator potencial de fracasso e degeneração¹ de uma nação. Assim, a primeira geração de não escravizados(as), juntamente com mestiços e indígenas, foi considerada de cidadãos de segunda categoria, responsabilizados e culpados pelos males da nação brasileira do futuro.

O presente artigo analisa a relação entre o discurso médico-higienista, a eugenia e a consolidação de um pensamento racial no atendimento à infância nos anos 1940 do século XX, em Santa Catarina. Esses propósitos “ganham acolhida a partir de 1930, à medida que o discurso médico e o político entram em rota de aproximação”, de tal maneira que “o sentimento de uma campanha em prol da eugenia da raça brasileira não pode ser desvinculado do plano de elaboração da política familiar que será efetivada no Estado Novo de Getúlio Vargas, nem de outras medidas de natureza social” (VILHENA, 1993, p. 79).

A eugenia² era compreendida naquele momento como a ciência que se utiliza de estudos sobre a hereditariedade visando ao aperfeiçoamento humano. Como uma ideologia científica, política e cultural impregnada na sociedade brasileira, foi incluída no texto constitucional de 1934³ e ganhou expressão nas políticas sociais, de educação e assistência, considerando-se o seu papel na construção de uma suposta sociedade moderna, branca e desenvolvida. Como informa Souza (2008, p. 146):

Na literatura nacional, o termo ‘eugenia’ aparecia sempre como símbolo de modernidade cultural, assimilada como um conhecimento científico que expressava muito do que havia de mais ‘atualizado’ na ciência moderna. Falar sobre a eugenia significava pensar em evolução, progresso e civilização, termos que constituíam o imaginário nacionalista das elites brasileiras. Em muitos casos, a eugenia era interpretada como a ‘nova religião da humanidade’, tamanha a admiração e crença que os ‘homens de ciência’ depositavam nessa forma de conhecimento. (grifos do autor)

Nesse período, a ideia de raça⁴ estava vinculada a uma perspectiva biologicista, que partia da cor da pele e do fenótipo para hierarquizar e estabelecer uma escala de valores entre os indivíduos, a fim de afirmar a superioridade de um grupo sobre outro. Com isso, a raça funcionou “como um pano de fundo pelo qual parte dos eugenistas brasileiros expressavam suas ideologias raciais, seu nacionalismo e seus desejos progressistas e civilizadores” (SOUZA, 2012, p. 3), para definir o comportamento, a moral e o caráter dos indivíduos.

Para Rocha (2018, p. 71),

[...] há de se considerar que no Brasil a influência do discurso eugênico percorreu diversos setores, como a imigração, a literatura, a medicina e principalmente as políticas relativas à educação; como fator de melhoramento da raça na busca de melhorias sociais para o país, os eugenistas justificavam suas ações ressaltando a importância da imigração branca e do desenvolvimento das boas ‘estirpes’, sendo esse o real objetivo da educação eugênica. Negros, mulatos, índios e asiáticos estariam à parte deste projeto social, pois, sendo limitados às condições próprias de sua raça, não alcançariam o mesmo desenvolvimento que os elementos da raça branca. (grifo do autor).

Uma retomada histórica permite localizar o papel preponderante do movimento médico-higienista no que se refere ao atendimento à pequena infância. Suas preocupações dirigiam-se à saúde e à contenção dos males sociais originados da ‘cor’ e da pobreza e, certamente, ameaçavam os interesses dominantes.

O estudo de Dávila (2006, p. 36) sobre a política social e racial implementada no Brasil, no período de 1917 a 1945, concluiu que o sistema educacional foi “uma das principais áreas de ação social para aqueles que mais ativamente estudavam a importância da raça na sociedade brasileira e mais, se empenhavam na busca de uma nação social e culturalmente branca”. Evidencia o autor que as instituições educacionais foram sendo criadas sob influência do pensamento racial, que guiava as políticas públicas da época. Intelectuais,⁵ médicos e cientistas sociais acreditavam que a educação⁶ poderia embranquecer a nação, liberando o Brasil do que eles acreditavam ser a degeneração de sua população. A intenção era “transformar uma população geralmente não-branca [*sic*] e pobre em pessoas embranquecidas em sua cultura, higiene, comportamento e até, eventualmente, na cor da pele” (DÁVILA, 2006, p. 13).

Não obstante o acesso à educação tenha sido ampliado nesse período a alguns segmentos socialmente marginalizados, por outro lado estabeleceu formas diferenciadas e desiguais no atendimento às crianças oriundas desses segmentos, como mostra o autor: “Participantes na educação pública foram tratados de maneira desigual – os alunos pobres e de cor foram marcados como doentes, mal adaptados e problemáticos” (DÁVILA, 2006, p. 13). Cresceram as discussões sobre a pobreza como uma praga social, e delas resultaram teorias, leis e políticas sociais para dar conta do perigo que os pobres representavam.

Percebe-se, assim, que o projeto de nação não incorporou a população negra, majoritariamente pobre. Pelo contrário, continuou alimentando o racismo e produzindo a exclusão desse grupo social. Teorias racistas amplamente difundidas foram naturalizando as desigualdades raciais em novo ambiente político e jurídico. Consolidou-se uma forte política de branqueamento como projeto nacional, de modo a conciliar a crença na superioridade

branca com o progressivo desaparecimento do negro, cuja presença estava relacionada ao atraso.

Nessa perspectiva, às instituições educacionais e de assistência atribuiu-se o papel de “clínicas em que os males nacionais associados à mistura de raça poderiam ser curados” (DÁVILA, 2006, p. 22). A lógica médica e científico-social presente nas ideias raciais moldou as políticas educacionais, produzindo as desigualdades, num processo articulado e contínuo para “a desvantagem de brasileiros pobres e não brancos, negando-lhes acesso equitativo aos programas, às instituições e às recompensas sociais que as políticas educacionais proporcionavam” (DÁVILA, 2006, p. 22).

Com Dávila, somos levados a apreender a educação como a área social estratégica para a implementação do ideário racial que constituía o projeto (republicano) de nação no Brasil. Interessa aqui destacar aspectos de sua investigação que nos esclareçam sobre os distintos elementos que confluíram para a configuração, bem como para a implementação das ideias racistas em seu nível mais cotidiano das relações sociais no Brasil. O autor identifica três aspectos que influenciaram “intelectuais e funcionários públicos brancos progressistas” para a implantação da educação pública universal, no início do século XX:

Primeiro, basearam-se em séculos de dominação por uma casta de colonizadores europeus brancos e seus descendentes, que mandavam em seus escravos, povos indígenas e indivíduos de ascendência mista. Durante séculos, esta elite branca também recorreu à Europa no empréstimo de cultura, ideias e autodefinição. Segundo, embora esses intelectuais e formuladores de políticas tivessem se tornado cada vez mais críticos em relação a essa herança (indo até o ponto de celebrarem a mistura racial), invariavelmente, vinham da elite branca e permaneciam presos a valores sociais que, depois de séculos de colonialismo e dominação racial, continuavam a associar a brancura à força, saúde e virtude – valores preservados e reforçados por meio da depreciação de outros grupos. Terceiro, como criaram políticas educacionais em busca de um sonho utópico de um Brasil moderno, desenvolvido e democrático, sua visão era influenciada pelos significados que atribuíam à raça. (DÁVILA, 2006, p. 24).

Nos anos 40 do século XX, a transformação das ideias racistas entre os intelectuais ganhou tradução pela democracia racial. Esse pensamento reinventou uma história de convivência harmoniosa e integrada culturalmente entre todos no Brasil, com a raça cedendo à ideia de cultura.⁷ E o ideal de branqueamento foi sendo substituído pela afirmação e valorização do povo brasileiro.

Para analisar a relação entre o discurso médico-higienista, a eugenia e a consolidação de um pensamento racial no atendimento à infância nos anos 1940, em Santa Catarina, tomamos como fonte para o levantamento de dados sobre o tema o jornal *A Gazeta: a voz do*

povo, de Florianópolis, Santa Catarina, cuja primeira edição data de 1935, o jornal *Republica*, órgão do Partido Republicano em Santa Catarina, periódico do final do século XIX e primeiras décadas do século XX, os relatórios da Legião Brasileira de Assistência (LBA) de Santa Catarina que tratam do Concurso de Beleza e Robustez da Criança e os relatórios do Centro de Puericultura, Proteção à Infância e à Maternidade, Assistência Profilática, Cozinha Dietética e Serviço de Higiene da capital.

O aperfeiçoamento da raça nas políticas de assistência à infância

O diálogo estabelecido com as fontes documentais e o entrelaçar das histórias foi indicando que o estado de Santa Catarina, na primeira metade do século XX, acompanhava as propostas modernas nacionais de aperfeiçoamento da raça e as propostas as internacionais de retirada das crianças do anonimato para ser o foco sobre o qual se concentrariam as mais diversas atenções, entre as quais “o melhor estado de robustez physica e intelectual”, como preconizado por Moncorvo Filho⁸ (1917, p. 13-14):

O futuro, a grandeza, o poder, a prosperidade e a força das nações dependem intrinsecamente do melhor estado de robustez physica e intellectual dos seus filhos. Os inglezes bem accentuam na phrase ‘health better than wealth’. ‘Saúde vale mais do que riqueza’. A saúde do homem requer como primeiro factor antecedente, a hygidez mais perfeita da época da sua infância. Da herança que o homem recebe nos primeiros tempos de vida dependem o seu vigor ou a sua debilidade. São os cuidados hygienicos consagrados à infância que permitirão uma geração de adultos sadios: os povos vigorosos, e por isso mesmo mais ricos, são os mais cultivados intellectualmente: são elles que mais ardoroso culto rendem à hygiene. [...]. A hygiene é a força dos povos.

Na agenda das preocupações médica, econômica, política e social, a infância é depositária do futuro, a força vigorosa do amanhã, o pequeno adulto pobre e negro que passa a ocupar um lugar de destaque na organização da sociedade em franco processo de industrialização e urbanização. “O cuidado com a infância passa a ser representado como investimento, tendo em vista gerar/produzir sujeitos que pudessem ser integrados produtivamente ao mundo do trabalho” (GONDRA, 2002, p. 113). Desse modo, os negros, indígenas e mestiços é que deveriam ser aperfeiçoados, já que, para os sujeitos brancos, “a brancura é vista como algo ‘natural’ e ‘normal’” (SHUCMAN, 2014, p. 58). Afinal, para estes, quem tem raça é o outro.

Em meio a esse movimento, podemos destacar a importância que a proteção à infância passou a ter no discurso médico-higiênico. Proteger a criança tornou-se prioridade, pois seria a partir do cuidado com os pequenos que se evitaria o desenvolvimento de futuras

degenerescências, fardos e perigos sociais. Os discursos sobre a infância eram especificamente de prevenção e profilaxia, com explícitas pretensões de desenvolver o aperfeiçoamento eugênico da infância. Moncorvo Filho ([1931], p. 1) declara, em sua fala no II Congresso Internacional Feminino, ocorrido no Rio de Janeiro, em 1931, que “no momento em que há evidente esforço em prol do progresso de nossa pátria, nenhum outro problema deve ser de maior importância que o da infância. Nella, de fato, residem as nossas esperanças e o aperfeiçoamento eugênico do povo”.

Ao tecer considerações sobre o problema da infância no Brasil, a partir da criação de um instituto com esta finalidade,⁹ Moncorvo Filho ([1931], p. 4) propunha como medidas:

[...] intensificar a assistência às mães e seus filhos, educar a população brasileira, fiscalizar e aconselhar as famílias pobres por intermédio de beneméritas e competentes visitadoras, por em prática tudo quanto de útil tem sido pela Medicina, pela Higiene e pela Puericultura adquiridos em-prol do robustecimento da raça e do combate à nati-mortalidade e à letalidade infantil, cuidar desveladamente da alimentação dos lactentes devem constituir as bases das melhores medidas em bem do povo.

O aperfeiçoamento eugênico do povo por meio de medidas médico-higiênicas, com propósito de promover o fortalecimento da raça, era a tônica para o desenvolvimento de uma nação moderna pautada no controle social dos indivíduos. Pretendia libertar a população pobre, em especial as crianças, dos malefícios (tuberculose, febre amarela, malária, paludismo, morbidade infantil, etc.) causados pelas precárias condições de existência (sanitárias, econômicas e culturais). Mas, ao mesmo tempo, precisava manter os indivíduos sob controle, por meio de uma educação modeladora de comportamentos sociais produtivos e integrados. O enquadramento social dos indivíduos dependia do estado físico da raça considerada degenerada, condição para uma sociedade eficiente, racional e produtiva requerida pelo Estado moderno.

Todavia, a questão primordial do Estado não era problematizar e enfrentar os determinantes sociais e econômicos de produção da pobreza e da degeneração que, pela situação concreta de existência, provocavam as doenças. Importava criar condições higiênicas e sanitárias, por meio das instituições de saúde pública, para garantir a reprodução da futura força de trabalho. Nesse movimento, o Estado tornou-se a instância responsável por regular, governar e antever a vida dos indivíduos, promovendo ações direcionadas para a organização da sociedade, por meio de uma atuação esclarecida e racional, acrescida do saber científico. Nesse sentido,

[...] a manutenção da infância em discurso ocorre, portanto, com a agregação de novos elementos. Ao lado da economia, a defesa da sociedade, mais do que a defesa das individualidades das crianças, é eleita como razão para a

proteção da infância. Ameaça ou presságio adjetivam os excluídos, aspectos que fundamentam a intervenção do Estado, qualificando o problema da infância ora como questão do Estado, ora como ‘magno problema social’. (GONDRA, 2000, p. 106, grifo do autor).

Mesmo sendo incipiente a atuação do estado catarinense como agente propositivo de políticas na área da saúde pública e propagador das ideias higienistas e eugênicas, é no início do século XX que são instituídas iniciativas médico-sanitárias, em especial no setor de saneamento, habitação e urbanização. Foi a partir de convênio firmado com a Missão Rockefeller¹⁰ que Hercílio Luz elegeu o saneamento do estado como mote de seu governo, com o propósito de atacar a ancilostomíase¹¹, o impaludismo¹² e tantas outras enfermidades causadas pelas precárias condições sanitárias da população pobre. A Missão Rockefeller representava ideias e práticas americanas modernas no contexto da Primeira República contra as endemias e em favor do fortalecimento da raça. Ressaltamos o destaque da primeira página do jornal *A Republica*, órgão do Partido Republicano em Santa Catarina, na ocasião da chegada, no estado, de Lewis Hockett, chefe da Missão Rockefeller no Brasil, e de Plácido Barbosa, cientista e jornalista do Rio de Janeiro:

SANEAMENTO DE SANTA CATARINA

A Missão Rockefeller e o sr dr. Hercílio Luz

Administrar é prever [...] Administrar um povo não é só desenvolver-lhe a riqueza econômica, dentro da ordem e da lei; a independência do Direito e da Justiça e a liberdade de imprensa e nas urnas – cuidar da sua saúde, da robusticidade da raça, para garantir-lhe o futuro triunfo, é um dos maiores deveres, é quiçá, o mais sagrado e o mais prático. (SANEAMENTO..., 1919, p. 1).

A intensificação do processo de urbanização e industrialização determinou o aparecimento de uma política de controle social. Por conseguinte, foram estabelecidas novas exigências relacionadas ao presente e ao futuro da infância, objeto de intervenção educativo-higiênica. De acordo com Araújo (2012, p. 22):

A extensão de um movimento de ‘regeneração nacional’ a amplas áreas do país teve nas políticas de saneamento um forte pilar de apoio e legitimação. A ‘redenção’ do homem brasileiro – o urbano e o rural – retratado insistentemente, segundo os vários matizes dessas práticas reformadoras, como apático, indolente e incapaz para o trabalho, em função de uma suposta incapacidade da raça, passou a ser problematizada em novas bases. (grifos do autor).

A política de estado de Santa Catarina no campo da saúde, em particular a direcionada à assistência e proteção à infância, com ênfase na educação higiênica e na eugenia, foi declarada na Constituição do estado de 1935, no capítulo Da Ordem Econômica e Social:

O Estado e o Município organizarão serviços de assistência social, para: a) amparar a maternidade e a infância; b) restringir a mortalidade e a morbidade infantis; c) socorrer as famílias de prole numerosa; d) proteger a juventude contra todas as explorações, bem como contra abandono físico, moral e intelectual; e) estimular a eugenia; f) velar pela higiene mental; g) incentivar a luta contra os venenos sociais; h) promover auxílios aos desvalidos; i) resguardar a velhice desprotegida; j) defender a saúde pública, especialmente impedindo a propagação das doenças transmissíveis; l) animar as instituições de beneficência social e encorajar a iniciativa particular, nas matérias acima referidas. (SANTA CATARINA, 1935, p. 30-31).

Essa política foi fortalecida a partir da criação do Departamento de Saúde Pública, no período do governo Nereu Ramos (1935-1945), como parte de um amplo projeto nacional de “regeneração e aperfeiçoamento da raça” propagado pelo então presidente Getúlio Vargas. Em seu discurso sobre “o bem-estar e a saúde das mães e das crianças” no Palácio Guanabara, em comemoração ao Natal, em 24 de dezembro de 1939, Getúlio Vargas expôs a atuação do poder público e diversas providências referentes à proteção à maternidade e à infância em todo o território nacional, ressaltando a primazia da puericultura:¹³

Já foi autorizado o plano de construção e instalação de cerca de cinquenta maternidades e lactários, distribuídos por todos os Estados; [...] Espero e recomendo, portanto, que o cuidado da União seja secundado pelos Estados e Municípios, que também devem destinar verbas permanentes aos serviços de puericultura, completando, assim, a estrutura governamental capaz de preparar. [...] Acredito que este desejo de melhorar a raça, de dar ao país gente forte e sadia, encontre ampla compreensão em todos os setores das atividades nacionais. (VARGAS, 1939, p. 158-159).

O projeto de Vargas, de constituir uma raça brasileira forte, robusta e sadia, teve no governo catarinense um aliado e propagador de ideias, num tempo em que o estado atravessava um período de reordenamento de suas bases econômicas, sociais e culturais. Era necessário instaurar uma política de controle social, dada a fragmentação advinda de uma cultura diversificada, e uma rede urbana dispersa (CAMPOS, 2008). Ademais, “a sociedade catarinense, composta de intensa diversificação étnica e cultural, constituiu-se em meio a uma paisagem dotada de população culturalmente heterogênea” (CAMPOS, 2008, p. 61). Com a pretensão de homogeneizar a população por meio da educação moral e higiênica, instauraram-se estratégias de regulação que deveriam funcionar como um “mecanismo de controle que estimula, incentiva, diversifica, extrai, majora ou exalta comportamentos e sentimentos até então inexistentes ou imperceptíveis” (COSTA, 2004, p. 50). Nesse sentido, deu-se início a um conjunto de políticas de atendimento à infância com enfoque prioritário sobre as áreas de assistência e saúde, respondendo minimamente aos impactos provocados pela política desenvolvimentista industrial instaurada no período do Estado Novo. Em entrevista coletiva à

imprensa, no palácio do governo, em Porto Alegre, dia 12 de março de 1940, Getúlio Vargas fez referência à instrução e à saúde públicas:

[...] foi, recentemente, criado o Departamento Nacional da Criança, cujo programa se estenderá por todo o país e terá, na cooperação da União com os Estados, o objetivo do amparo à infância, a começar pela maternidade, a fim de que, principalmente as classes menos favorecidas, se encontrem em condições de melhorar a saúde dos seus filhos pequenos, assistindo-os dentro de preceitos higiênicos perfeitamente apreciáveis. (VARGAS, 1940, p. 225).

Neste contexto, um amplo projeto eugênico foi empreendido em Santa Catarina, servindo para a difusão do movimento médico-higienista e, conseqüentemente, para a criação de postos de Puericultura, Cozinha Dietética, Lactário, Cantina Maternal e Usina de Pasteurização de Leite.¹⁴ Estes postos passam a ser reconhecidos como equipamentos públicos de promoção da saúde e da educação higiênicas, para ensinamentos práticos de puericultura dirigidos à maternidade e à infância das camadas populares. Um dos eventos que constavam na agenda jornalística, política, econômica, religiosa e social era o “Dia da Criança”, chamando atenção para a prioridade da infância nos investimentos em educação e higiene públicas. Com o mesmo intuito, o jornal *A Gazeta* noticiou, no dia 6 de janeiro de 1940, a repercussão da criação do Departamento Nacional da Criança no estado de Santa Catarina:

No nosso país, existe no momento um grande entusiasmo e um esforço construtivo por tudo o que se relaciona com a proteção à infância, traduzido na recente criação do Departamento Nacional da Criança. Tal entusiasmo se espalhou pelas unidades federativas, e no nosso Estado atingiu um nível bastante elevado. (FOI CREADO..., 1940, p. 2).

A perspectiva era incutir no corpo social, preponderantemente nas famílias pobres e negras, práticas identificadas com o discurso higienista referendado pela puericultura, que representava a ciência da família e tinha como objetivo estreitar a relação entre o médico e a mãe. Sua abrangência comportava, além dos ensinamentos e prescrições de higiene e saúde, estudos e pesquisas acerca dos conhecimentos atinentes “à reprodução e à conservação da espécie humana. [...] a puericultura desdobrava-se numa perspectiva de controle racial, adotando princípios da eugenia” (KUHLMANN JUNIOR, 1998, p. 92).

Para a difusão do ideário higiênico e eugênico, o governador Nereu Ramos contou com o apoio da imprensa,¹⁵ considerada representante legítima de formação da consciência nacional e dos interesses da nação. A divulgação dos discursos relativos às práticas eugênicas direcionadas à população, com ênfase na conservação e no aperfeiçoamento da criança por meio da higiene e da puericultura, passou a circular na imprensa catarinense, que traduzia

para a coletividade as intenções da elite econômica, política e social (políticos, médicos, filantropos, comerciantes, juristas, autoridades eclesiais, entre outros), interessada na ordem, na disciplina e na normalização de uma determinada camada da população.

A matéria sobre a eugenia no Brasil foi apresentada pelo jornal *A Gazeta*, de grande circulação no estado, em 12 de dezembro 1941. Expressa, de certo modo, a adesão às ideias eugenistas, exaltando os representantes da ciência, colocando-os em evidência pela respeitabilidade neste campo:

A EUGENIA NO BRASIL

1937-1942

Comemora-se hoje no ano entrante o 25º aniversário da Campanha Eugênica, inaugurada no Brasil com a Fundação da Sociedade Eugênica de São Paulo, cujos trabalhos repercutiram, intensamente, não só no país, como em todo continente, concretizando-se na cruzada de melhoramento eugênico que, desde essa época, se vem evidenciando por múltiplos empreendimentos regeneradores do indivíduo e da coletividade. A-fim de comemorar a data dêsse grande movimento, ao qual o Brasil se antecipou a todos os demais países sul-americanos, o dr. Renato Kehl, fundador da sociedade Eugênica de São Paulo e da Comissão Central Brasileira de Eugenia (Rio de Janeiro), elaborou um interessante e instrutivo volume intitulado ‘Catecismos para Adultos’, verdadeiro repositório dos mais elevados ideais que constituem a ciência e moral eugênicas. Escrito em linguagem simples e escorreita, torna-se leitura agradável para qualquer leitor inteligente. No final da obra, como apêndice, sob o título ‘O que se diz da Eugenia’, encontra-se extensa e valiosa série de opiniões dos mais altos representantes da ciência, da filosofia, da sociologia, da pedagogia, etc. É um livro para ser lido por todos os que almejam ter uma descendência forte, bonita e inteligente. A presente obra, [...] é mais uma contribuição de Renato Kehl para eugeniização do nosso país. (EUGENIA..., 1941, p. 11).

O registro acima evidencia que a imprensa, em especial aquela representada pelos jornais com maior abrangência no estado, tomou parte no projeto nacional de regeneração e fortalecimento da raça, com ênfase na proteção à infância e à maternidade, a partir dos preceitos da higiene e puericultura intensificados no governo Vargas, que tinha no governo de Nereu Ramos (1935-1945) uma base política de sustentação. Isso se confirma nas inúmeras matérias sobre as realizações do governo no âmbito das políticas de saúde e assistência social: educação higiênica, puericultura, raça, Semana da Criança, Cozinha Dietética, Concurso Infantil de Robustez e Beleza, entre outras que serão abordadas mais adiante.

A imprensa, em especial no Estado Novo, ocupou um lugar de destaque, exercendo a função de formar uma consciência eugênica, defender e criar estratégias para a sedimentação do projeto nacional, cuja agenda incluía: a conservação e o aperfeiçoamento da raça por meio da educação higiênica e eugênica da população, desde a mais tenra idade. A difusão das realizações do governo estadual, no que tange aos problemas sociais da infância, em particular

aqueles referentes às iniciativas de promoção da saúde física e moral das crianças pobres, era destacada com regularidade e sistematicidade, como estratégia pedagógica de educação da população para o grande projeto de unidade nacional.

A propagação e a materialização da educação higiênica e eugênica da população exigiam instituições de regulação e controle do corpo e dos hábitos, costumes e crenças considerados nefastos para a evolução social, econômica e política da nação. Portanto, de acordo com Penna (1929, p. 4),

[...] antes da aplicação dos preceitos de eugenia é indispensável praticar o eugenismo, preparar o ambiente e o indivíduo para a boa geração, para a procriação dos filhos física e psicologicamente hígidos. O saneamento, a higiene, a Medicina social e a educação higienica para a implantação da consciência sanitaria, constituem o alicerce da Eugenia, sem a qual ella não poderá ser praticada, senão de modo deficiente, em âmbito muito limitado.

Logo, educar crianças, homens e mulheres moral e fisicamente adaptados tornava-se necessário ao fortalecimento da espécie humana. A consciência do valor da robustez e da beleza física da raça deveria ser incorporada ainda nos primeiros anos de vida, por meio da prática do eugenismo, definido por Khel (1929, p. 3)¹⁶ como “tudo o que se pratica para fornecer os propósitos da Eugenia. Os preceitos de hygiene, de educação, o saneamento, as medidas legais, tudo que visa proteger e melhorar a situação dos indivíduos [...] e melhorar a espécie”.

Abolir as atitudes viciosas e ensinar hábitos benéficos às mães e às crianças visando à saúde e à eugenia da raça eram atribuições da cozinha dietética, com o objetivo de formar as mães para a amamentação consciente e bons hábitos na criança, pela renovação dos costumes alimentares. Todavia, “com o alimento, não só eram ingeridas as ‘boas e más ideias’, como fazia notar um médico a propósito do leite materno. Sua composição físico-química era, em si mesma, geradora de características morais úteis ou perniciosas aos indivíduos” (COSTA, 2004, p. 175, grifo do autor).

A cozinha dietética foi instalada inicialmente na cidade de Florianópolis e, mais tarde, em outros municípios do estado, como mostra a matéria publicada no jornal *A Gazeta* em 29 de março de 1940:

Inaugurada a cozinha dietética do Centro de Saúde nesta Capital

Dentre os problemas de cuja solução depende a conservação da boa saúde da criança e seu perfeito desenvolvimento, e o que se refere a sua alimentação é sem dúvida um dos mais importantes. [...] No nosso país, existe no momento um grande entusiasmo e um esforço construtivo por tudo que se relaciona com a proteção à infância, traduzido na recente criação do Departamento Nacional da Criança. [...] Desde dois anos funcionam no Centro de Saúde,

serviços especializados de Higiene Infantil, cuja ação se robustece por organismos de assistência médica, mantidos por alguns municípios, inclusive Florianópolis, onde é modelar. [...] comemorando o Dia da Criança, foi inaugurada, no Centro de Saúde da Capital, uma cozinha dietética anexada ao serviço de higiene infantil. Destina-se ela a fornecer aos infantes matriculados no Serviço o alimento de que carecem, o qual, muitas vezes, seus pais, por motivos de ordem financeira ou por não conhecerem as regras da boa higiene e da sã puericultura, não lhes podem dar. [...] será proporcionado alimento a 6 crianças diariamente, já completamente preparado, em mamadeiras esterilizadas, que as mães levarão para suas casas onde só bastarão passá-las em banho maria, nas horas prescritas para as refeições. [...] realizar-se-ão também demonstrações e pequenos cursos práticos sobre a técnica de preparo das refeições infantis, bem como de puericultura elementar [...] o atual governo do Estado procura solucionar as questões de higiene e medicina coletiva, sobretudo as atinentes à infância, a matéria prima das gerações que futuramente terão sob sua guarda o nosso grande Brasil. (INAUGURADA..., 1940, p. 1).

O sucesso higiênico e dietético envolvendo mães e crianças era classificado pelo corpo robusto, belo e “moralmente regrado e medicamente identificado ao corpo branco” (COSTA, 2004, p. 208). Além das crianças, as mães também eram objeto de intervenção educativa por parte dos médicos e reconhecidas como instrumento valioso para o funcionamento eugênico da sociedade, pois nelas depositar-se-ia a tarefa de formar a consciência higiênica da nação, educando seus filhos dentro das normas da puericultura, no sentido da preservação da saúde.

[...] apoiados nos preceitos da higiene, compartilhando a ansiedade quanto à regeneração da raça, instrumentalizados pelos conhecimentos da eugenia e imbuídos do sentimento nacionalista dominante, esses médicos atribuíram-se a tarefa de preparar as mulheres para o exercício da maternidade segundo a racionalidade científica. (FREIRE; LEONY, 2011, p. 217).

Nesse contexto, impregnado pelas ideias eugênicas, o jornal *A Gazeta*, alinhado ao projeto nacional do Estado Novo, promoveu o Concurso Infantil de Robustez e Beleza:

Concurso infantil de robustez e beleza

Pela grandiosa iniciativa do presidente Getúlio Vargas instituindo o decreto ‘juventude brasileira’ ‘A GAZETA’ vai promover um interessante e oportuno concurso infantil de robustez e beleza, com distribuição de valiosos prêmios às crianças melhor classificadas. [...] A classificação das crianças inscritas será procedida por uma comissão de médicos especialistas, presidida pelo sr. dr. Agripa Castro Faria, diretor do departamento de Saúde Pública e constituída pelo srs. dr. Oswaldo Cabral, diretor de Higiene Municipal, dr. Artur Pereira de Oliveira e dr. Miguel Cavalcante, ambos pediatras patrícos, e dr. Joaquim Madeira Neves, chefe dos Serviços Técnicos do DSP. [...] O concurso constará de duas partes distintas: Concurso de Robustez Infantil e Concurso de Beleza Infantil. Serão conferidos valiosos prêmios aos três primeiros classificados em quaisquer desses dois aspectos do concurso. A inscrição será gratuita, seja qual for a

sua condição social. [...] Resta-nos agora fazer um apelo a todos os srs. pais para que não percam tão bela oportunidade de se orgulharem publicamente de seus filhos e mostrar o quanto é grande seu interesse pelo futuro da raça brasileira. (CONCURSO..., 1940a, p. 1).

O corpo infantil, destinatário das práticas higiênicas, era medido, observado, analisado e classificado a partir da aparência corporal, das particularidades fisiológicas, da cor da pele, do estado de ânimo, dentre outros itens. Além desses, a ficha de inscrição contemplava itens relativos tanto à alimentação (natural ou artificial) quanto às dimensões físicas do bebê, como: “circunferência torácica e craniana, formação dentária, turgor, tônus, humor, pele, mucosas, órgãos e aparelhos”. Também requeria dados sobre a data de desmame e da marcha (caminhar), indicando que não seriam os olhos dos jurados que decidiriam esta competição, mas os padrões de racionalidade estabelecidos por exames médicos, por meio dos quais as crianças eram avaliadas (RELATÓRIO LBA, 1945, p. 148). É oportuno destacar que:

A moderna genética herda o valor determinante do corpo e a longa tradição do biologismo que explica as qualidades das pessoas apoiando-se na base corpórea do ser humano. Os genes, ao serem menos visíveis do que o tamanho do crânio, permitem continuar mantendo o mito, que não é mais do que uma forma de esconder outras razões que situam as diferenças humanas na frente da explicação ambiental de caráter social e cultural. (YOUNG, 2000, p. 211-212, *apud* SACRISTÁN, 2005, p. 64).

Sob o escrutínio da medicina, em particular da pediatria, foram fixados padrões de superioridade do corpo biológico, em detrimento das condições sociais e culturais em que os indivíduos estavam inseridos. Para Sacristán (2005, p. 68), “o biologismo é uma das primeiras justificativas para o racismo, o fascismo, e a última amarra das concepções aristocráticas e elitistas que tanta força (estas últimas) tiveram na educação e que, com argumentos pseudocientíficos, perduram até hoje”.

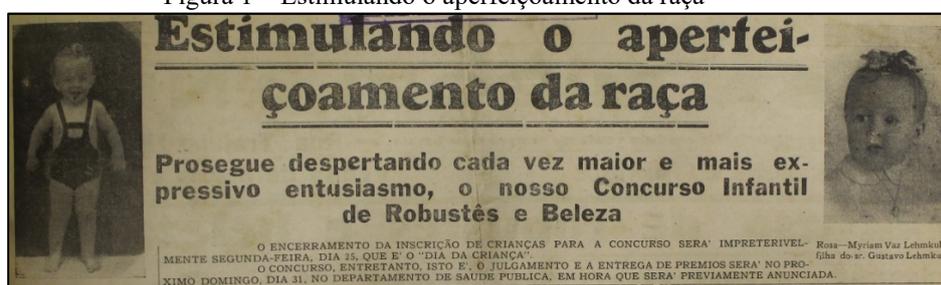
A mobilização pela saúde e pela eugenia da raça em Santa Catarina tinha como propósito produzir uma consciência nacional para os problemas da higiene. Eis o discurso que adentrou o meio familiar, alinhado à conservação e à disciplina do corpo. A premiação do corpo sadio, robusto e belo era indiretamente direcionada às mães, que, como aliadas dos médicos e puericultores, assumiam a tarefa de zelar pelo corpo e pela robustez dos filhos em prol do aperfeiçoamento da raça. Conseqüentemente, de uma nação forte e sadia. Segundo Sacristán (2005, p. 64),

[...] a valorização do corpo segundo a idade e também segundo sua aparência, sexo, e cor da pele, de maneira clara ou implícita, está presente nas representações culturais populares e também nos discursos da racionalização moderna. Essa base material do ser humano será um primeiro território a ‘normalizar’, como assinalou Foucault, e um primeiro critério

para comparar os indivíduos, hierarquizá-los e classificá-los. Pelo corpo se começa a ser normal ou diferente, forte, saudável, belo, capaz, etc.

A exaltação no jornal do sucesso das inscrições no concurso evidencia o quanto este era importante para o projeto de nação que vinha sendo instituído. A visibilidade das características de uma criança “perfeita”, mesmo que para parcela da população (já que era a minoria que lia jornais), fortalecia no meio social a ideia de pertencimento a esta nação. Assim, aqueles que não participavam do concurso, por não atenderem aos requisitos, entendiam seu lugar na sociedade. Ou seja, sabiam-se cidadãos de segunda e de terceira classe, conforme pode ser observado nos fragmentos de texto e nas imagens a seguir.

Figura 1 – Estimulando o aperfeiçoamento da raça



Fonte: A Gazeta (ESTIMULANDO..., 1940, p. 1).

Figura 2 – Concurso infantil de robustez e beleza



Fonte: A Gazeta (CONCURSO..., 1940c, p. 1).

Vitoriosa a iniciativa de “A GAZETA”

Grande foi o número de Srs. Pais que compareceram a nossa redação para inscrever seus filhos no Concurso Infantil de Robustez e Beleza, promovido por este jornal, a se realizar a 25 do corrente, ‘Dia da Criança’, instituído por recente decreto do presidente Getúlio Vargas. (VITORIOSA..., 1940, p. 1).

Concurso Infantil de Robustez e Beleza

Damos aqui, mais três [...] de valentes candidatos aos prêmios do nosso Concurso Infantil de Robustez e Beleza, certamente que empolgou a cidade e que espelha um dos mais gratos aspectos do lar brasileiro, na sua contribuição para o aperfeiçoamento da raça. São crianças sadias, robustas, lindas, numa grandiosa afirmação de vigor e nobreza para a Pátria de amanhã. (CONCURSO..., 1940b, p. 1).

Estimulando o aperfeiçoamento da raça

Prossegue despertando cada vez maior e mais expressivo entusiasmo, o nosso Concurso Infantil de Robustez e Beleza. O encerramento da inscrição de crianças para o concurso será impreterivelmente segunda-feira, dia 25, que é ‘Dia da Criança’. [...] o julgamento e a entrega de prêmios será [...] no Departamento de Saúde Pública. (ESTIMULANDO..., 1940, p. 1).

As duas matérias exibem fotografias de crianças inscritas que evidenciam, entre outras questões, uma iniciativa que visava a fazer do lar brasileiro um meio de higienização da população e, por conseguinte, criar estratégias outras de disseminação dos preceitos higiênicos. A família e, em particular, as mães, seriam o centro irradiador de outros conhecimentos, sobre outros modos de viver, legitimados pela higiene e pela puericultura. A iniciativa de promoção da infância sadia constituía uma estratégia privilegiada de divulgação da eugenia, pois, ao celebrar a infância bela e robusta, criavam-se condições de disseminação e irradiação do ideal de aprimoramento racial.

Figura 3 – O entusiasmo pelo Concurso de Robustez e Beleza Infantil



Fonte: A Gazeta (O ENTUSIASMO..., 1940, p. 1).

Pelo aperfeiçoamento da raça

Alcançou esplêndido êxito, o Concurso de Robustez e Beleza Infantil, promovido pela 'A Gazeta'. [...] a Comissão composta dos srs. drs. Agripa de Faria, Oswaldo Cabral, Artur Pereira e Oliveira e Joaquim Madeira Neves, deu início aos trabalhos, examinando uma por uma as crianças presentes. Depois de feitos os necessários exames das crianças inscritas, 33 foram consideradas em condições de concorrerem aos prêmios, devendo os srs. pais levá-las à Chefia do Serviço de Higiene Infantil do Departamento de Saúde, a fim de serem submetidas a novo e metuculoso exame. [...] Esse novo exame poderá ser feito todos os dias, até sexta-feira, das 10 às 12 horas, e é necessário para o julgamento final. Interessada em julgar de acordo com os ensinamentos da antropometria, a Comissão só dará o resultado final do concurso no próximo sábado, quando proclamaremos os nomes dos vencedores. (PELO APERFEIÇOAMENTO..., 1940, p. 1).

Depois dos discursos enaltecedores em prol do Concurso Infantil de Robustez e Beleza, foram proclamadas e premiadas as crianças mais robustas e belas: a mais robusta: 1º lugar, Oswaldo Moritz, 9 meses, filho de Carlos Eduardo Moritz e Nelita Goeldner Moritz – Prêmio Interventor Nereu Ramos (cordão e medalha de ouro). A mais bela: 1º lugar, Aldenôr, 1 ano e 6 meses, filho de Gualberto Sena e Osvaldina Sena. Prêmio Prefeito Mauro Ramos (uma caderneta de 200\$000). Ao todo, cinco crianças foram premiadas pela robustez e cinco pela beleza (A GAZETA, 1940j, p. 1).

De um lado, este concurso promovia a saúde da criança e, de outro, era um indicativo do sucesso das iniciativas de caráter médico-higienista. A criança

[...] deve espelhar, em seu corpo belo e robusto, uma raça saudável, aprimorada pela prática constante de exercícios físicos. O corpo infantil deixa de pertencer à criança e passa a ser patrimônio da espécie. Se tal corpo é identificado como exemplar, modelo de aprimoramento racial, deve então ser exibido e premiado. (VEIGA; GOUVEIA, 2000, p. 151).

As crianças vencedoras desses concursos apresentavam como características as definidas pelos eugenistas como superiores, para as quais a brancura é a norma e o padrão. Nessa perspectiva,

[...] compreender a lógica da realização de tais concursos só é possível no interior de uma rede de práticas discursivas que lhe conferiam significação. [...], trata-se de buscar apreender a comemoração da criança robusta como prática social, cujo significado e relevância devem ser buscados numa rede maior de relações e de poder. Este evento dá-se no bojo da divulgação do ideário eugenista, fortemente presente no pensamento cientificista característico do período. A promoção da infância sadia constituía estratégia privilegiada de divulgação da eugenia, pois, ao festejar a infância bela e robusta, criavam-se condições de disseminação e irradiação do ideal de aprimoramento racial. (VEIGA; GOUVEIA, 2000, p. 150).

A política de assistência à infância no estado foi ampliada com outra iniciativa do jornal *A Gazeta*, ao instalar, na cidade de Florianópolis, a Associação Catarinense de Puericultura:

**Realiza-se sábado a reunião preliminar da
Associação Catarinense de Puericultura**

Conforme noticiamos, será instalada no ‘Dia da Criança’, 25 de março corrente, a Associação Catarinense de Puericultura, instituição da ‘A Gazeta’, sob os auspícios do Sr. Dr. Rogério Vieira, Prefeito Municipal de Florianópolis e da Divisão de Amparo à Maternidade e à Infância do Ministério de Saúde Pública. [...] Chapa de Diretoria: Grandes Protetores: Getúlio Vargas, Interventor Nereu Ramos, Arcebispo D. Joaquim Domingues de Oliveira. Presidentes de Honra: Senhoras Darcy Sarmanho Vargas, Beatriz Pederneiras Ramos, e Alzira Vargas do Amaral Peixoto. Presidente: dr. Rogério Vieira; 1º Vice-presidente, sr. João Batista Pereira; 2º Vice-presidente: Monsenhor Harry Bauer; 1º Secretário: Jornalista Hélio Régis; 2º Secretario Zurí Segui da Cunha; Tesoureira: D. Julieta Torres Gonçalves. Corpo técnico: dr. Oswaldo Cabral, dr. Carlos Corrêa, dr. Armando de Assis, dr. Donato Melo, dr. Paulo Fontes, dr. Artur Pereira e Oliveira, dr. Miguel Cavalcanti, dr. Vitor Mendes, dr. Ilmar Corrêa. (REALIZA-SE..., 1942, p. 2).

A formulação e a implementação de propostas para a organização de um cenário social propício ao progresso da nação, a partir das teorias médico-higienistas e eugênicas, cria um movimento associativo, com a participação da elite econômica, política e religiosa (governantes, autoridades eclesiais, damas da sociedade, comerciantes, jornalistas e médicos). Estes concorriam para a produção de saberes acerca da conservação da infância e de estratégias de controle e regulação de comportamentos, atitudes e hábitos de uma parcela da população, em especial das mães, potenciais educadoras dos preceitos higiênicos no âmbito privado da família.

Com a finalidade de intensificar e ampliar o movimento médico-higienista de regeneração da infância, com ênfase no fortalecimento da raça, entra em cena a Legião Brasileira de Assistência (LBA). Junto ao governo, esteve à frente de eventos que tiveram como postulado central as questões referentes à educação higiênica, principalmente no que concerne à proteção à maternidade e à infância.

Na capital catarinense, a LBA foi fundada em 18 de outubro de 1942,¹⁷ sob a presidência de Beatriz Pederneiras Ramos, esposa do interventor federal Nereu Ramos, e contava, já no início, com adesão voluntária de 678 legionárias dispostas a assumirem a ‘nobre missão’ de assistência que lhes estava sendo confiada (RELATÓRIO LBA, 1943, p. 4-5). Com vistas a consolidar em Santa Catarina a proposta de amparo às crianças pobres e às suas mães, educando-as sob os princípios da puericultura, em conjunto com o governo do estado, no ano de 1943 foi lançada a pedra fundamental do Centro de Puericultura da LBA em Florianópolis.¹⁸ Foi construído na Avenida Mauro Ramos, em região central da cidade,

servindo principalmente às camadas populares que residiam nos morros, entre os quais o Monte Serrat, o Morro do Mocotó, o Morro da Caixa D'Água e o Nova Trento.¹⁹

Com um moderno e eficiente aparelhamento, era dirigido pelo clínico e pediatra com especialização em puericultura Miguel de Sales Cavalcanti, médico do Departamento de Saúde Pública. Sua construção obedeceu às determinações do Departamento Nacional da Criança (DNCr), elaboradas, de acordo com a orientação dos técnicos do Departamento de Saúde, pela diretoria de Obras Públicas do Estado (RELATÓRIO LBA, 1945, p. 109-110). Neste mesmo relatório, há referência sobre suas instalações:

Dispensário de Higiene Pré-Natal; Cantina Maternal; Serviço Obstétrico Domiciliar; Dispensário de Odontologia; Dispensário da Higiene da Criança; Cozinha Dietética; Dispensário de Fisioterapia; Serviço de Visitadoras-atendentes; Serviço de Enfermagem; Creche. Todos esses serviços serão postos em funcionamento tão logo se inaugure o Centro. (RELATÓRIO LBA, 1945, p. 110).

Instituição eminentemente educativa, o Centro de Puericultura buscava conservar a saúde, evitar as doenças, auxiliar na alimentação das crianças e gestantes e educar as mães nos preceitos da puericultura, visando à regeneração e ao aperfeiçoamento da raça, nos moldes do DNCr:

No centro de suas funções, o Centro de Puericultura tem que cuidar simultaneamente da gestante – higiene pré-natal – e da criança, higiene infantil. A primeira, confiada ao obstetra, que orienta, acompanha e acode terapeuticamente, nos casos indicados às gestantes, durante a gravidez, e a segunda, dirigida por pediatra que, assistindo as crianças, desde o nascimento até a idade pré-escolar, instrui as mães sobre a alimentação adequada dos filhos e demais cuidados higiênicos. (FIGUEIREDO, 1938, p. 56).

A atuação das enfermeiras, educadoras sanitárias, mensageiras das noções de higiene às crianças e aos lares das famílias, evidencia o lastro de abrangência dos serviços de higiene do Centro de Puericultura nas comunidades empobrecidas, que viviam fora do perímetro urbano, nas encostas e alto dos morros da capital:

O serviço de enfermeiras visitadoras foi, no decurso de 1947, executado por 4 funcionárias, diplomadas, que, com dedicação e esforço, perfizeram um total de 6.299 visitas a domicílio, drenando para o Centro de Puericultura os casos aconselháveis e ministrando, nas residências visitadas, úteis ensinamentos sobre Maternidade e Infância. Fizeram assim, em média 22 visitas diárias, o que é animador, **considerando-se que as zonas percorridas eram declives e altos de morros quase inabordáveis.** (RELATÓRIO LBA, 1948, p. 14-15, grifos nossos).

A pedagogia da regulação da higiene adentrava a vida privada da família pobre, deixando explícito que, pela consciência da importância do corpo saudável, robusto,

higienizado e moralmente regrado, manter-se-iam as mulheres sob controle – ‘mãe higiênica’ – tornando-as fiéis aos ditames médicos. Como parte de um conjunto de ações de amparo e assistência à maternidade e à infância, a LBA também se fazia presente nas atividades da ‘Semana da Criança’, celebrada em Santa Catarina entre os dias 10 e 17 de outubro, nas quais era realizado o Concurso Infantil de Robustez e Beleza, que fazia parte da Campanha de Redenção da Criança:

Concurso de Robustez Infantil

Como parte integrante do programa com que Florianópolis comemorou com grande brilhantismo a Semana da Criança, foi levado a efeito no dia 17 de outubro interessante concurso de robustez infantil. [...] A bela festa esportiva e o concurso de robustez infantil que se lhe seguia, contou com a presença do Sr. Interventor Nereu Ramos, Presidente da Comissão executiva da LBA e altas autoridades civis e militares que ocupavam o Pavilhão de honra. A comissão julgadora do Concurso estava constituída pela Sra. Beatriz Pederneiras Ramos, Presidente, dr. Benoni Laurindo Ribas, Diretor do Departamento de Saúde Pública, e drs. Ilmar de Almeida Corrêa e Pedro Torres de Miranda, médicos. Após os trabalhos de verificação a Comissão proclamou o seguinte resultado: Crianças de 0 a 6 meses – Alimentação artificial – 1º lugar: Marino e Marina Pícolo (gêmeos). Pêso 2,900 e 2,800 quilos, respectivamente. Alimentação natural até 1 mês e 15 dias. Míxta, 15 dias. Artificial 2 meses. Pêso atual 5,700 e 5,000 quilos, respectivamente. Criança de 0 a 6 meses – Alimentação Natural – 1º lugar Yara Maria Sena. Pêso 3,300 quilos. Alimentação natural – Pêso atual: 7,300 quilos. Altura: 0,80cm (RELATÓRIO LBA, 1945, p. 145-146).

As ações práticas de regeneração física, moral e intelectual da infância, a que se dedicaram, na década de 1940, em consonância com o governo do estado em Santa Catarina, médicos e LBA, e sua vinculação com as orientações da moderna ciência da higiene foram documentadas e publicadas pelas instituições, reafirmando e reverenciando o valor do empreendimento voltado para o estímulo e fortalecimento da raça. Entre muitos documentos iconográficos apresentados nas fontes utilizadas, estão os que colocam em evidência as intervenções higiênicas do Posto de Puericultura, entre as quais a relacionada à robustez física da infância (RELATÓRIO LBA, 1948, p. 23).

Figura 4 – Pesagem das crianças no posto de Puericultura



Fonte: Relatório LBA (1948, p. 22).

A exposição/publicação dos corpos robustos e asseados das crianças, sob os cuidados de enfermeiras paramentadas, demonstra um conjunto de procedimentos higiênicos, num ambiente asséptico do tipo hospitalar, que tem como um recurso hábil incentivar e disseminar, na consciência das elites intelectuais, dos governantes e também das camadas populares, o valor da higiene e os valores raciais, para conservar a vida e colocá-la a serviço da pátria. Na busca por instituir uma identidade nacional conduzida pela elite econômica e social, no período em questão, a imprensa estampava nas suas páginas a exaltação da infância e das políticas direcionadas à sua proteção e regeneração.²⁰ Comemorações com eventos cívicos e educativos multiplicavam-se por todo o estado catarinense, reforçando as políticas sociais, com intuito de promover a consciência higiênica e eugênica da população empobrecida, constituída por negros, brancos, mestiços e índios, que, na sua maioria, ocupavam os morros no entorno da cidade de Florianópolis. Entretanto, eram as mulheres, em particular as mães e as crianças, que estavam mais diretamente “condicionadas à sujeição médica” (COSTA, 2004, p. 178) e às preleções da elite econômica, acionada pelo poder público na tarefa de estimular o aperfeiçoamento da raça.

Considerações finais

A relação entre o discurso médico-higienista, a eugenia e a consolidação de um pensamento racial no atendimento à pequena infância nos anos 1940, em Santa Catarina, evidencia-se nas políticas públicas ancoradas nos princípios eugênicos. O principal propósito era o de promover o fortalecimento da raça branca como sinônimo de nação civilizada e moderna.

O corpo infantil, destinatário das práticas higiênicas, era medido, observado, analisado e classificado a partir da aparência corporal, particularidades fisiológicas, cor da pele, estado

de ânimo, entre outras características que constam na ficha de inscrição, que contemplava itens relativos tanto à alimentação (natural ou artificial) quanto às dimensões físicas do bebê. São os negros, indígenas e mestiços que precisam ter a raça fortalecida, pois são estes os considerados inferiores e fora do padrão para o progresso esperado.

A infância era o foco da sociedade moderna, e a puericultura, considerada ciência da família, tinha uma abrangência pública e privada. As mães eram instruídas e educadas por meio de cursos de puericultura no período pré-natal e pós-natal, recebendo ensinamentos práticos de higiene infantil, higiene da habitação e regime dietético. Desse modo, os postos de Puericultura foram idealizados como espaço essencial para a proteção científica e a assistência à infância e à maternidade, configurando-se como instância reconhecidamente assistencial e custodial, de educação higiênica e profilática às camadas empobrecidas da população.

A divulgação dos discursos relativos às práticas eugênicas direcionadas à população, com ênfase na conservação e aperfeiçoamento da infância, por meio da higiene e puericultura, era evidenciada na imprensa catarinense, que traduzia para a coletividade as intenções da elite econômica, política e social (políticos, médicos, filantropos, comerciantes, juristas, autoridades eclesiais, entre outros), interessada na ordem, na disciplina e na normalização de uma determinada camada da população.

A política de amparo e assistência à maternidade e à infância, a constante vigilância às mães pelo Centro de Puericultura e postos instalados nas demais regiões do estado, através do ‘serviço de visitadora-atendente’ e das reuniões de mães, com intuito de ensiná-las a cuidar e educar seus filhos, foram parte do projeto de nação defendido pelos governos brasileiro e catarinense das primeiras décadas do século XX. Neste, brancos oriundos das classes abastadas são considerados superiores e cidadãos de primeira classe, enquanto negros e pobres são relegados a condições e categorias inferiores na sociedade.

Vigorou de maneira intensa um projeto disciplinador de práticas e costumes, cujo esforço em ‘civilizar’ pobres, negros e mestiços instaurou uma política de ‘branqueamento’, ou seja, o desejo das elites brasileiras de tornar o país dos trópicos a imagem dos países europeus. Esta ‘ideia’ fora do lugar da superioridade dos imigrantes europeus e da inferioridade dos nativos engendrou-se nos valores e nas práticas sociais. Mesmo abalado pelos acontecimentos da Segunda Guerra Mundial, na década de 1940, pelo nazismo e o fascismo, o separatismo de raça, classe e *status* perdurou em muitas cidades e regiões brasileiras até os anos 1980. Em Santa Catarina, por exemplo, não era permitida a entrada de negros em clubes sociais de brancos.

Difícil não identificar, em pleno século XXI, resquícios do pensamento eugenista e das práticas racistas ainda em curso em Florianópolis e em Santa Catarina, um estado que historicamente ignora a existência de negros e indígenas em sua composição. É aqui que o poder político e econômico continua tentando embranquecer os espaços urbanos frequentados pela população negra e pobre (NOGUEIRA, 2018), a exemplo da política higienista dos séculos XIX e XX aqui apresentada.

Notas

¹ Conceito biológico utilizado para interpretar fenômenos sociais (SCHUCMAN, 2014).

² De acordo com Maciel (1999, p. 121): “Criada no século XIX por Francis Galton, a eugenia é um conjunto de ideias e práticas relativas a um melhoramento da raça humana ou, como foi definida por um de seus seguidores, ao aprimoramento da raça humana pela seleção dos genitores, tendo como base o estudo da hereditariedade. Essa proposição teve grande sucesso e, mesmo após o seu questionamento como ciência, ainda se manteve por longo tempo como justificativa para práticas discriminatórias e racistas. No Brasil, ganhou vulto nas primeiras décadas do século XX, pois seus pressupostos forneciam uma explicação para a situação do País (que seria de um atraso) e, ao mesmo tempo, indicava o caminho para a superação dessa situação.”

³ Art. 138. Incumbe à União, aos Estados e aos Municípios, nos termos das leis respectivas: [...] b) estimular a educação eugenica; [...] g) cuidar da hygiene mental e incentivar a lucta contra os venenos sociaes (BRASIL, 1934).

⁴ Guimarães (1999, p. 153) ancora-nos conceitualmente, ao definir raça como “constructo social, forma de identidade baseada numa ideia biológica errônea, mas eficaz socialmente para construir, manter e reproduzir diferenças e privilégios”.

⁵ Afrânio Peixoto, Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Roquete Pinto, entre outros.

⁶ A educação aqui estava estendida às famílias, principalmente mulheres e crianças.

⁷ A interpretação que Gilberto Freyre fez sobre as relações sociais na sociedade escravocrata, em sua obra *Casa-grande e senzala* (2005), foi fundamental para fortalecer essa ideia.

⁸ Diretor-Fundador do Instituto de Proteção e Assistência à Infância (IPAI), no Rio de Janeiro, e do Departamento da Criança no Brasil.

⁹ O IPAI foi fundado por Moncorvo Filho em 24 de março de 1899, no Rio de Janeiro (RJ).

¹⁰ A Fundação Rockefeller é uma instituição filantrópica criada em 1909 pelo magnata do petróleo John Davison Rockefeller. Promovia campanhas mundiais de controle das doenças infecciosas (febre amarela, ancilostomíase e malária). No final da segunda década do século XX, o governo catarinense contratou a fundação, com o propósito de instituir, por meio de modernas tecnologias médico-sanitárias, uma cruzada pelo saneamento e controle das endemias (ARAÚJO, 2012).

¹¹ Infestação do intestino delgado pelo parasita *Ancylostoma duodenale*.

¹² Mais conhecida como malária.

¹³ Num artigo publicado no Boletim de Eugenia (1930, p. 5, Anno II, nº 17) intitulado *Puericultura e Eugenia*, Otávio Gonzaga explicita que a “puericultura tem por dever primordial gyrar através do todos os perigos da infância [...] protegê-la antes da concepção, assegurar o seu desenvolvimento integral no ventre materno [...] favorecer o crescimento de crianças sans, livres, se possível de toda a tara hereditaria. [...] Deixando de lado especulações incertas, o medico higienista e puericultor deve nortear-se pelos principios da eugenia”.

¹⁴ Para obter mais informações com relação aos documentos iconográficos sobre equipamentos públicos de promoção da saúde e educação higiênica, consultar: Santa Catarina ([201-?]).

¹⁵ Campos (2008, p. 42) assinala que “foi expressiva a utilização, pelo poder instituído, dos meios de comunicação como veículos de propaganda dos projetos governamentais, particularmente no Estado Novo”.

¹⁶ Renato Ferraz Khel, fundador da Sociedade Eugênica de São Paulo e diretor do Boletim de Eugenia. Para maiores esclarecimentos, consultar Boletim de Eugenia. Disponível em: <https://bit.ly/2Hob6uu>. Acesso em: 20 nov. 2018.

¹⁷ A primeira reunião para proceder aos trabalhos de fundação da LBA em Santa Catarina aconteceu em 12/09/1942, no Clube Doze de Agosto, e reuniu “senhoras e senhorinhas de todas as classes sociais” da capital (RELATÓRIO LBA, 1943).

¹⁸ Outros Postos de Puericultura foram construídos no interior de estado de Santa Catarina. Porém, nestes não houve os segmentos de Creche e Jardim de Infância.

¹⁹ Segundo Santos (2009, p. 583-601), “a formação do Monte Serrat está ligada ao fim da escravidão, ao higienismo da década de 1920 e ao desenvolvimento da construção civil da década de 1950. Houve três fases de ocupação da vertente do Morro do Antão na área do Monte Serrat. A primeira foi a da lenta ocupação, durante o

século XIX, por escravos fugidos e libertos e soldados pobres que procuraram as imediações do caminho que atravessava o Morro como local de refúgio. [...] O morro do Mocotó já vinha sendo ocupado desde o século XIX, principalmente por pessoas de origem africana, por escravos libertos e fugidos”. Para saber mais sobre a formação das comunidades nos morros da região de Florianópolis no início do século XX, que, de algum modo, perduram até nossos dias, consultar a tese de doutorado de Santos (2009).

²⁰ Jornal *A Gazeta*, 3 de outubro de 1942, p. 1.

Referências

ARAÚJO, Hermetes Reis. Saúde Pública e Cidade: um espaço de poder (Desterro-Florianópolis, 1823-1930). In: AMORA, A. M. G. Albano (org.). **História da Saúde em Santa Catarina**. Instituições e Patrimônio Arquitetônico (1808-1958). Barueri, São Paulo: Minha Editora; Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012. cap. 1, p. 3-38. (Coleção História e Patrimônio da Saúde).

BRASIL. [Constituição (1934)]. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, Seção 1, Suplemento, p. 1, 16 jul. 1934. Disponível em: <https://bit.ly/2mYY2nm>. Acesso em: 20 de mai. 2018.

CAMPOS, C. M. **Santa Catarina, 1930**: da degenerescência à regeneração. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.

CONCURSO Infantil de Robustez e Beleza. **A Gazeta**, Florianópolis, Anno VI, nº 1696, p. 1, 16 de março de 1940a.

CONCURSO Infantil de Robustez e Beleza. **A Gazeta**, Florianópolis, Anno VI, nº 1699, p. 1, 20 de março de 1940b.

CONCURSO Infantil de Robustez e Beleza. **A Gazeta**, Florianópolis, Anno VI, nº 1706, p. 1, 30 de março de 1940c.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem Médica e Norma familiar**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.

DÁVILA, Jerry. **Diploma de brancura**: política social e racial no Brasil (1917-1945). Trad. Claudia Sant'Ana Martins. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

ESTIMULANDO o Aperfeiçoamento da Raça. **A Gazeta**, Florianópolis, Anno VI, nº 1701, p. 1, 24 de março de 1940d, p. 1.

EUGENIA no Brasil: 1937-1942. **A Gazeta**, Florianópolis, Anno VI, nº 2134, p. 11, 25 de dezembro de 1941.

FIGUEIREDO, Gastão de. **Como prospera o bebê**. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia. Editores, 1938.

FOI CREADO o Departamento Nacional da Criança. **A Gazeta**, Florianópolis, Anno VI, nº 1664, p. 2, 6 de janeiro de 1940.

FREIRE, Maria Martha de Luna; LEONY, Vinícius da Silva. A caridade científica: Moncorvo Filho e o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro (1899-1930). **História, Ciências, Saúde**, Manginhos, RJ, v. 18, supl. 1, p. 199-225, dez. 2011.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala**. 51. ed. São Paulo: Global Editora, 2005.

GONDRA, José Gonçalves. A sementeira do porvir: higiene e infância no século XIX. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 99-117, jan./jun. 2000.

- GONDRA, José Gonçalves. Higienização da Infância no Brasil. *In*: GONDRA, José Gonçalves. (org.). **História, Infância e Escolarização**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2002. p. 107-130.
- GONZAGA, Belisário. Puericultura e Eugenia. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro, Anno II, n. 17, p. 3-4, maio de 1930. Disponível em: <https://bit.ly/2HirRbz>. Acesso em: 6 abr. 2018.
- GUIMARÃES. Antônio Sérgio. **Racismo e antirracismo**. São Paulo: Editora 34, 1999.
- INAUGURADA a Cozinha Dietética do Centro de Saúde nesta capital. **A Gazeta**, Florianópolis, Anno VI, nº 1705, p. 1, 29 de março de 1940.
- KHEL, Renato. Eugenia e Eugenismo. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro, Anno I, n. 8, p. 3, agosto de 1929. Disponível em: <https://bit.ly/2VkSmRD>. Acesso em: 6 abr. 2018.
- KUHLMANN JUNIOR, Moysés. **Infância e educação infantil**: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 1998.
- MACIEL, Maria Eunice de S. A Eugenia no Brasil. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 7, n. 11, p. 121-143, jul. 1999.
- MONCORVO FILHO, Arthur. Concurso de Robustez para crianças pobres. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, Anno V, n. 1634, p. 3, 31 dez. 1905.
- MONCORVO FILHO, Arthur. Curso Popular de Hygiene Infantil. **Archivos de Assistencia à Infancia**, Rio de Janeiro, Ano IX, p. 13-14, abr./maio 1917.
- MONCORVO FILHO, Arthur. Algumas considerações sobre o problema da infância. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL FEMININO, 2. Rio de Janeiro, 1931. **Comunicação**. Rio de Janeiro: Departamento da Criança no Brasil, [1931]. p. 4. (Publicação n. 79).
- NOGUEIRA, Azânia Mahin Romão Nogueira. **Territórios negros em Florianópolis**. 2018. 137 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.
- O ENTUSIASMO pelo Concurso de Robustez e Beleza Infantil. **A Gazeta**, Florianópolis, Anno VI, nº 1700, p. 1, 21 de março de 1940.
- O SANEAMENTO de Santa Catarina. A missão Rockefeller e o sr. Dr. Hercílio Luz. **República**, Florianópolis, Anno XIV, nº 216, p. 1, 24 de junho de 1919.
- PELO APERFEIÇOAMENTO da raça. **A Gazeta**, Florianópolis, p. 1, 2 de abril de 1940.
- PENNA, Belizário. Eugenia e Eugenismo. **Boletim de Eugenia**, Rio de Janeiro, p. 3-4, outubro de 1929. Disponível em: <http://old.ppi.uem.br/gephe/index.php/arquivos-digitalizados/14-sample-data-articles/84-boletim-de-eugenia>. Acesso em: 3 abr. 2018.
- PROCLAMADAS as Crianças mais Belas e Robustas. **A Gazeta**, Florianópolis, Anno VI, nº 1714, p. 1, 5 de abril de 1940k.
- REALIZA-SE sábado a reunião preliminar da Associação Catarinense de Puericultura. **A Gazeta**, Florianópolis, Anno. VII, s/n, p. 2, 19 de março de 1942.
- RELATÓRIO LBA. Apresentado à Exma. Sra. D. Darci Sarmanho Vargas, DD. Presidente da Comissão Central da Legião Brasileira de Assistência, no Rio de Janeiro, pela Senhora D. Beatriz Pederneiras Ramos, Presidente da Comissão Estadual da L.B.A. em Santa Catarina. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1943. Disponível na Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina (BPESC).

RELATÓRIO LBA. Apresentado à Exma. Sra. D. Darci Sarmanho Vargas, DD. Presidente da Comissão Central da Legião Brasileira de Assistência no Brasil, pela Sra. Beatriz Pederneiras Ramos, Presidente da Comissão Estadual da LBA em Santa Catarina. Florianópolis: Imprensa Oficial, junho de 1945. Disponível na Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina (BPESC).

RELATÓRIO LBA. Apresentado ao Dr. Otávio da Rocha Miranda, Presidente da Comissão Central da Legião Brasileira de Assistência no Brasil, pelo Presidente da Comissão Estadual da LBA de Santa Catarina, Dr. Ylmar Corrêa. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1948. Disponível na Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina (BPESC).

ROCHA, Simone. A educação como projeto de melhoramento racial: uma análise do art. 138 da constituição de 1934. **Revista Eletrônica de Educação**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 61-73, jan./abr. 2018. ISSN 1982-719. DOI: <http://dx.doi.org/10.14244/198271992116>.

SACRISTÁN, J. Gimeno. **O aluno como invenção**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

SANTA CATARINA. [Constituição (1935)]. Constituição Estadual 1935. **Diário da Assembleia Legislativa**: Florianópolis, SC, nº 3.306, 19 out. 1989. Disponível em: <https://bit.ly/2Q2EOsR>. Acesso em: 18 abr. 2018.

SANTA CATARINA. Secretaria do Estado. Departamento de Saúde Pública. Memória da Saúde Pública. Florianópolis, IOESC, [201-?]. (Galeria de fotos – 1935-1945). Disponível em: <https://bit.ly/2LIU4g6>. Acesso em: 3 abr. 1918.

SANTOS, André Luiz. **Do Mar ao Morro**: a geografia histórica da pobreza urbana em Florianópolis. 2009. 639 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo**: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo. São Paulo: Annablume, 2014.

SCHWARCZ, Lilian Moritz. Raça como negociação: sobre teorias raciais em finais do século XIX no Brasil. In: FONSECA, Maria Nazareth Soares (org.). **Brasil afro-brasileiro**. Belo Horizonte, 2000.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. As ideias eugênicas no Brasil: ciência, raça e projeto nacional nos entreguerras. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, Dourados, v. 6, n. 11, p. 1-23, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://bit.ly/2WOcrBq>. Acesso em: 20 nov. 2018.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. Por uma nação eugênica: higiene, raça e identidade nacional no movimento eugênico brasileiro dos anos 1910 e 1920. **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 146-166, jul./dez. 2008.

VARGAS, Getúlio. **O bem-estar e a saúde das mães e das crianças**. Discurso pronunciado no Palácio Guanabara, em comemoração do Natal, a 24 de dezembro de 1939. [S. l.]: Presidência da República, [20-?a]. p. 155-160. Disponível em: <https://bit.ly/2JFSysr>. Acesso em: 25 abr. 2018.

VARGAS, Getúlio. **Realizações e projetos do Estado Novo**. Entrevista Coletiva à Imprensa, no Palácio Do Governo, em Porto Alegre, em 12 de março de 1940. [S. l.]: Presidência da República, [20-?b]. p. 227-230. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1939/09.pdf#acontent>. Acesso em: 25 abr. 2018.

VEIGA Cynthia Greive; GOUVEIA, Maria Cristina Soares. Comemorar a infância, celebrar qual criança? Festejos comemorativos nas primeiras décadas republicanas. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 135-160, jan./jun. 2000.

VILHENA, Cyntia Pereira de Souza. Práticas Eugênicas, medicina social e família no Brasil republicano. **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 79-96, jan./jun. 1993.

VITORIOSA a iniciativa da “A GAZETA”. **A Gazeta**, Florianópolis, Anno VI, nº 1697, p. 1, 17 de março de 1940f.